

Taxa de desemprego recua em 15 estados no segundo trimestre

Com R\$ 870 mi investidos, fábrica de fertilizantes é reativada no PR

Página 5

Negras são grupo com mais dificuldade em contribuir para Previdência

Página 4

Moraes eleva multa contra rede social X por descumprimento de decisão

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu na quinta-feira (15) aumentar de R\$ 50 mil para R\$ 200 mil a multa diária aplicada contra a rede social X, antigo Twitter, por descumprimento de decisão judicial.

O caso trata de uma determinação de Moraes para a rede social bloquear o perfil do senador Marcos do Val (PL-ES) e de outros investigados. Segundo o gabinete do ministro, a ordem não foi cumprida.

Na terça-feira (13), o senador foi alvo de medidas cautelares determinadas pelo ministro no âmbito das investigações sobre os atos golpistas de 8 de janeiro. Além do bloqueio das redes sociais, o parlamentar teve as contas bancárias bloqueadas até o valor de R\$ 50 milhões. A medida foi divulgada pelo próprio parlamentar em postagem na plataforma.

Na decisão, Moraes alertou que o novo descumprimento da determinação pode configurar crime de desobediência pelo representante legal do X no Brasil.

“Fica determinado, ainda, que a decisão anteriormente proferida, cujo teor foi comunicado mediante o ofício eletrônico, deverá ser cumprida no período máximo de uma hora, sob pena de multa diária de R\$ 200 mil para cada um dos perfis indicados”, decidiu o ministro.

Após a determinação de bloqueio, Marcos do Val disse que as medidas determinadas contra ele fazem parte de perseguição política.

“Essa ação não pode ser interpretada de outra forma senão como uma clara e flagrante demonstração de perseguição política. Não há base legal ou lógica que sustente tal medida, evidenciando que o objetivo não é outro senão o de tentar silenciar e prejudicar um parlamentar em pleno exercício de suas funções. É um ataque ao direito e à democracia, que não pode ser ignorado”, afirmou.

Em publicação no X, o bilionário Elon Musk, dono da rede social, classificou de censura as decisões judiciais que determinam bloqueio de contas de apoiadores e pessoas ligadas ao ex-presidente Jair Bolsonaro. (Agência Brasil)

DÓLAR	
Comercial	
Compra:	5,48
Venda:	5,48
Turismo	
Compra:	5,51
Venda:	5,69
EURO	
Compra:	6,01
Venda:	6,01

Brasil instala Centro de Operações de Emergência em Saúde

PREPARAÇÃO, VIGILÂNCIA E RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA

Foto: Jose Cruz/ABR

Página 4

A taxa de desemprego recuou em 15 das 27 unidades da federação no segundo trimestre deste ano em relação ao primeiro trimestre. Nos demais locais, a taxa ficou estável. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Contínua (Pnad-C), divulgada na quinta-feira (15) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A maior queda foi observada na Bahia (-2,9 pontos percentuais), já que o estado passou de uma taxa de desocupação de 14% no primeiro trimestre para 11,1% no segundo trimestre. Apesar disso, o mercado de trabalho baiano apresenta o segundo maior índice do país, ficando atrás apenas de Pernambuco (11,5%).

A média da taxa de desemprego no país caiu 1 ponto percentual, passando de 7,9% para 6,9% no período, conforme divulgado no fim de julho.

Além da Bahia, outros nove estados tiveram queda acima da média nacional: Piauí (-2,4 pontos percentuais, ao passar de 10% para 7,6%), Amazonas (-1,9 ponto percentual, ao passar de 9,8% para 7,9%), Alagoas (-1,8 ponto percentual, ao passar de 9,9% para 8,1%), Tocantins (-1,7 ponto percentual, ao passar de 6% para 4,3%), Acre (-1,7 ponto percentual, ao passar de 8,9% para 7,2%), Espírito Santo (-1,4 ponto percentual, ao passar de 5,9% para 4,5%), Maranhão (-1,1 ponto percentual, ao passar de 8,4% para 7,3%), Ceará (-1,1 ponto percentual, ao passar de 8,6% para 7,5%) e Pará (-1,1 ponto percentual, ao passar de 8,5% para 7,4%).

Página 3

Ministra reforça participação da sociedade no Plano Clima

Página 4

Governo lança plataforma Agenda Viva SP para divulgar eventos

O Governo de SP lançou na quinta-feira (15) a plataforma digital Agenda Viva SP que vai agregar informações sobre eventos das mais variadas áreas, como cultura, turismo, negócios, gastronomia e agricultura. Além de iniciativas públicas, o novo portal anunciado pelo governador Tarcísio de Freitas permite que qualquer entidade privada, produtor cultural ou artista independente cadastre atividades para divulgação.

Página 2

Esporte

SM Kart Competition irá comemorar Dia dos Pais com prova especial

Maiores campeonatos de rental kart em número de pilotos, o SM Kart Competition vai movimentar o Kartódromo de Interlagos neste domingo (18), quando realizará sua sétima etapa composta de 15 baterias durante oito horas de atividades, com início à 12 horas.

No evento acontecerão várias interações nos boxes, como feirinha de artesanato e gastronomia, massagem com Carlos Masso e equipe, pódio giratório, desafios, além da Corrida dos Pais, somente para pais de pilotos inscritos na etapa, e que não possuam experiência no kartismo.

Página 6

Eric Granado retorna ao Mundial de MotoE apostando em bom histórico na Áustria

Etapa em Spielberg acontece entre 16 e 17 de agosto

Após cinco semanas de pausa, o Campeonato Mundial FIM Enel de MotoE retorna para sua sétima e penúltima etapa neste fim de semana, entre os dias 16 e 17 de agosto. Eric Granado está pronto para acelerar na pista do Circuito de Spielberg, na Áustria, com o LCR E-Team. O piloto brasileiro retorna às pistas internacionais pela primeira vez após um acidente na Alemanha que o deixou alguns dias afastado.

“A preparação para retornar ao campeonato foi muito boa. Eu tive o acidente na sexta etapa, na Alemanha, que me deixou alguns dias afastado, me recuperando de uma concussão cerebral. Mas consegui estar 100% muito rápido e voltar à minha preparação”, conta Granado, que durante a pausa da MotoE, após a liberação dos médicos, participou de uma etapa do Superbike Brasil, onde venceu. “Foi uma ótima oportunidade para ver como eu estava fisicamente e posso dizer que estou muito bem neste momento!”

Áustria é palco de boas lembranças - Com quatro pódios nos últimos cinco anos, a pista de 4.35 km não é nenhum segredo para Eric Granado, que vê a etapa com boas chances de trazer pontos importantes nessa reta final do Mundial.

“Eu tenho um bom histórico de resultados na Áustria, já cheguei a ganhar duas corridas, é uma pista rápida e tenho uma ótima expectativa para o trabalho deste final de semana. Queremos preparar bem a moto para somar o máximo de pontos possíveis. É uma pista que eu gosto bastante e sempre me adaptei bem”, comenta Eric, que disputa o Mundial de MotoE com apoio de Suhai Seguradora, Alpinestars, Shark Helmets, Oakley, Pneustore, Frota Assessoria Empresarial, Instituto Marazul, Camargo Alfaetaria, HoloStore, Zero Racing Design, EG51 Store e Edge Lifesports.

Página 6

Pietro Fittipaldi volta a Gateway e mira top-10 em corrida que abre mês decisivo da Indy

O brasileiro Pietro Fittipaldi inicia neste final de semana a fase final da temporada 2024 da Indy, categoria que vai até o circuito oval de Gateway, em St. Louis, para a 15ª etapa do ano, retornando ao oval onde correu em 2018. O piloto da RLL tem boas expectativas para a etapa que inicia uma sequência de quatro etapas – com uma rodada dupla – em cinco semanas para fechar o ano.

Depois de um bom desempenho em Iowa, o piloto da RLL se vê com chances de um top-10 em Gateway. Para isso, o dono do carro número 30 foca seus esforços no trabalho em largadas e relargadas.

Página 6

Governo lança plataforma Agenda Viva SP para divulgar eventos

O Governo de SP lançou na quinta-feira (15) a plataforma digital Agenda Viva SP que vai agregar informações sobre eventos das mais variadas áreas, como cultura, turismo, negócios, gastronomia e agricultura. Além de iniciativas públicas, o novo portal anunciado pelo governador Tarcísio de Freitas permite que qualquer entidade privada, produtor cultural ou artista independente cadastre atividades para divulgação. Com recursos de busca em inteligência artificial, o portal tem o intuito de se tornar um grande guia de eventos no estado.

“Temos uma agenda viva de fato e agora a possibilidade de inserir em uma mesma plataforma eventos desenvolvidos por pessoas visionárias que estarão

acessíveis para quem quer visitar o estado de São Paulo”, afirmou o governador. “São eventos geradores de empregos e oportunidades e que vão mostrar o que o nosso estado tem de melhor, que é a nossa gente, que faz isso tudo acontecer”, acrescentou Tarcísio.

O Agenda Viva SP foi lançado em cerimônia no Palácio dos Bandeirantes com a presença da secretária de Cultura, Economia e Indústria Criativas, Marília Marton, e dos secretários Arthur Lima (Casa Civil), Roberto de Lucena (Turismo e Viagens) e Jorge Lima (Desenvolvimento Econômico), além do presidente da Assembleia Legislativa, André do Prado e presidente da InvestSP, Rui Gomes, entre outras autoridades.

“Esta entrega é o resultado de uma articulação eficiente entre as diferentes esferas de governo, que impacta positivamente a economia, a infraestrutura e o bem-estar social”, afirmou o secretário-chefe da Casa Civil, Arthur Lima.

Desenvolvido pela Associação Amigos da Arte (APAA), a iniciativa é fruto de esforço conjunto e intersecretarial do Governo de São Paulo. O acesso é pelo endereço agendavivasp.com.br, e o usuário já encontra 2.730 eventos cadastrados e aprovados, sendo 500 com agendas até o fim deste ano em diferentes regiões paulistas. Do total das atividades cadastradas 2.368 são gratuitas.

“A plataforma vai facilitar tanto os turistas quanto os munícipes a encontrarem opções de atividades de seu interesse em todo o Estado, de maneira simples, rápida e intuitiva”, disse Marília Marton, secretária de Cultura, Economia e Indústria Criativas. A Agenda Viva SP tem o in-

tuito de se tornar um grande guia de eventos no Estado e, em especial, de atividades gratuitas, democratizando a divulgação de iniciativas para todos os públicos e rendas. Entre os principais eventos, destaque para a Festa da Uva de Jundiaí, Carnaval; Expoflora, em Holambra; Festa das Flores e Morangos, em Atibaia; Agrishow, em Ribeirão Preto; Semana Internacional de Vela de Ilhabela, Feira do Bordado, em Ibitinga; Festa do Peão de Barretos, entre outros.

“O Estado de São Paulo é rico em eventos culturais, entretenimento, corporativos e esportivos e, com isso, tem-se um calendário muito extenso. Reunir todos em uma plataforma, destaca e traz a visibilidade que um evento precisa para ser sucesso”, afirmou o secretário de Turismo e Viagens, Roberto de Lucena.

Cadastro de atividades
O novo portal foi desenvolvido para ser colaborativo e permite o cadastro de eventos em

diferentes áreas também por artistas, organizadores e produtores paulistas. A partir de um cadastro gratuito no site, é possível começar a inserir as informações sobre o evento em qualquer cidade do estado. Todas as inserções passam por curadoria da APAA antes de serem adicionadas, a fim de filtrar conteúdos que violem os termos de uso da plataforma.

Recursos de Inteligência Artificial

Um dos destaques da Agenda Viva SP é o uso do Chatbot com Inteligência Artificial localizada na aba do site. A inteligência Chat Viva SP fica à disposição para responder perguntas dos usuários, com base no banco de dados da plataforma. Perguntas como “O que fazer em dia de chuva em Caraguatuba?” ou “O que fazer neste final de semana em São José dos Campos”, por exemplo, podem ser feitas para o Chatbot, que irá se aprimorar ainda mais à medida que

interage com o público.

Para facilitar a escolha, a Agenda Viva SP possui destaques de programação na home. O usuário pode procurar atrações pela busca principal, utilizando filtros para refinar os resultados. Todos os eventos cadastrados terão informações sobre venda ou retirada de ingressos, data e local. Pelo filtro, também é possível filtrar apenas as atividades gratuitas.

A plataforma oferece ainda um mapa interativo do Estado de São Paulo com a geolocalização das atrações e eventos cadastrados. Nele, o usuário pode inserir a própria localização para encontrar atividades próximas do seu local. Também já está disponível no site um Manual Operacional com o passo-a-passo para o produtor cadastrar o seu evento.

A agenda conta também com acessibilidade para libras e tradução em voz, e prevê a criação de filtros automáticos com Inteligência Artificial para impedir conteúdos impróprios.

Turismo é destaque na Festa do Peão de Barretos

A Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo (Setur-SP) participa da 69ª edição da Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos, maior festival de rodeio e música sertaneja da América Latina. Em seu estande, a Secretaria exibe vídeos promocionais, divulga cinco regiões turísticas de SP, promove a interação do público em espaços temáticos e serve como vitrine para a exposição de obras de artesãos de diversos municípios paulistas.

A Setur-SP ainda coleta informações sobre o perfil do público do evento e estima a movimentação financeira por meio de uma pesquisa realizada pelo Centro de Inteligência da Economia do Turismo (Ciet). “Barretos tem se tornado um grande palco de desenvolvimento do turismo, um polo estratégico de lazer no norte de SP, além de ter se tornado um grande centro pecuarista”, afirma o secretário Roberto de Lucena, que estará presente no evento.

Além de shows e atrações musicais, a Festa do Peão de Barretos, cujas origens remetem ao transporte de gado pelas estradas de terra do município, traz concursos de berrante, tradicional instrumento do peão de boiadeiro; de pau de sebo e concurso culinário da queima do alho, que é o nome dado para a tradicional culinária típica das comitavas de peões de boiadeiro. Turismo em Barretos – Capital Nacional do Rodeio, o município de

Barretos se tornou estância turística em 2021 pela força do turismo rural e religioso, além de potencial para feiras e eventos e um rico patrimônio cultural. Integra a Região Turística Águas Sertaneja, ao lado dos municípios de Bebedouro, Colina, Colômbia, Guaira, Guaraci, Jaborandi, Monte Azul Paulista, Pirangi, Tabapuã e Viradouro. Também faz parte do programa de certificação de segurança SP Ecoaventura e do guia turístico da Setur-SP.

Concessão da rodovia SP-079 vai melhorar segurança e fluidez entre interior e litoral

A concessão rodoviária da Rota Sorocabana prevê melhorias na SP-079 (Rodovia Tenente Celestino Américo), que liga o interior ao litoral sul do Estado. As intervenções vão aprimorar a segurança e a fluidez do tráfego em um dos trechos mais críticos da rodovia. O edital publicado pelo Governo de SP inclui 460 quilômetros de rodovias e beneficiará moradores de 17 municípios. O leilão está previsto para o dia 30 de outubro.

O trecho de Serra da SP-079, entre Tapiraí e Juquiá, receberá 40 km/h de faixa adicional, além de ajustes no traçado para reduzir curvas fechadas e melhorar a segurança. Atualmente, esse segmento limita a velocidade média a 15 km/h devido à pista única e às condições da estrada. Com as reformas, a velocidade média será elevada, permitindo tráfego bidirecional aos usuários. Também será criado um novo contorno viário em Juquiá, conectando a SP-079 diretamente à rodovia Régis Bittencourt, oferecendo uma alternativa mais eficiente do interior ao litoral sul e à região sul do país.

Atualmente, a SP-079 movimenta cerca de 6 mil veículos por dia, conectando cidades como Salto, Itu, Votorantim, Piedade, Tapiraí e Juquiá. As melhorias se

estendem também ao trecho entre Votorantim e Piedade, onde a rodovia será duplicada. Todo o percurso até Juquiá passará por recuperação de pavimento, garantindo uma superfície mais segura e durável, e a instalação de sete viadutos. Além disso, serão construídos 20 dispositivos de conexão, incluindo rotatórias e retornos em diversos formatos ao longo da rodovia, e 51 novos acessos, que facilitarão a mobilidade local entre as cidades.

A segurança dos pedestres será aprimorada com a construção de duas passarelas, e 62 pontos de ônibus serão criados para melhorar a conectividade e o transporte público na região, estimulando o uso de transporte coletivo em vez de veículos particulares.

Com um investimento total de R\$ 817 milhões, as obras da SP-079 abrangem todas as etapas a serem realizadas pela concessionária que vencer o leilão previsto para 30 de outubro de 2024, incluindo a duplicação, construção de faixas adicionais, recuperação e manutenção de pavimentos, e infraestrutura para pedestres.

Essas melhorias visam aumentar a segurança e a capacidade da rodovia, além de proporcionar um impacto positivo na mo-

bilidade regional, reduzindo a necessidade de passar pela Região Metropolitana de São Paulo e oferecendo uma rota alternativa para o escoamento da produção agrícola e industrial para a região sul do país.

Concessão da Rota Sorocabana

O projeto Rota Sorocabana abrange 12 rodovias na região sudeste do estado, beneficiando 17 municípios. A concessão inclui trechos importantes como a SP-270 (Raposo Tavares), a SP-280 (Castelo Branco), a SP-075 (Castelinho) e a própria SP-079. Ao todo, serão beneficiados os municípios de Alumínio, Araçatiguama, Araçoiaba da Serra, Cotia, Ibiúna, Itu, Juquiá, Maiorquinque, Piedade, Pilar do Sul, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, São Roque, Sorocaba, Tapiraí, Vargem Grande Paulista e Votorantim.

O investimento estimado é de R\$ 8,7 bilhões em 30 anos de concessão. As melhorias incluem duplicação de pistas, criação de faixas adicionais, correção de traçados e construção de passarelas e pontos de ônibus. O início das obras está previsto para 2025.

Outro ponto importante é a redução nas tarifas cobradas da-

queles que trafegaram nos trechos em que já há concessão. Em média, os motoristas terão queda de 22%. Além disso, a Rota Sorocabana também contará com um sistema de pedágio automático (free flow), permitindo uma cobrança justa em relação ao trecho percorrido. As praças de pedágio atuais serão convertidas em pórticos, resultando na redução da tarifa quilométrica e diminuindo o tempo de viagem.

Programa de Parcerias de Investimentos (PPI-SP)

O projeto do Lote Rota Sorocabana faz parte do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP), uma iniciativa do Governo do Estado que visa ampliar as oportunidades de investimento, emprego, desenvolvimento socioeconômico, tecnológico, ambiental e industrial em São Paulo.

Com foco nas áreas de Rodovias, Mobilidade, Social e Água/Energia, o PPI-SP está realizando o maior e mais completo programa de investimentos em parceria com a iniciativa privada da história de São Paulo, beneficiando a população paulista e impulsionando o crescimento econômico regional. Ao todo, já são 24 projetos qualificados e uma carteira de mais de R\$ 470 bilhões.

Dia da Informática: estado de SP tem cursos gratuitos e vagas de emprego na área

Celebrado em 15 de agosto, o Dia da Informática comemora a evolução tecnológica e o impacto transformador que os computadores e a internet trouxeram para a sociedade. No mundo atual, o domínio de habilidades em informática é essencial no mercado de trabalho. Reconhecendo essa importância, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) do Estado de São Paulo destaca serviços de qualificação profissional e de vagas de emprego na área.

Segundo o estudo Futuro do Trabalho 2023, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial, 23% das ocupações devem se modifi-

car até 2027 por conta de novidades tecnológicas como big data e inteligência artificial (IA). É esperado um crescimento global de 30% para os empregos de analista e cientista de dados; especialista em big data, IA e aprendizagem de máquina; e profissionais de segurança cibernética.

Com quatro anos de experiência no setor de Tecnologia da Informação (TI), Kemal Guedes Barbieri, de 20 anos, morador de Indaiatuba, já está se preparando para essas mudanças. “O cenário do Brasil é difícil, pois envolve muitos fatores. Mas é importante ficar de olho nas IAs. Por isso, já comecei a buscar cur-

sos sobre IA e python”, relata Kemal, que conseguiu o atual emprego como técnico de suporte de T.I. por meio do Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT), serviço da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo.

Qualificar e empregar

A SDE também oferece o programa Qualifica SP, que disponibiliza oportunidades gratuitas de qualificação profissional para jovens e adultos que desejam realizar cursos nas áreas de informática e tecnologia, visando ingressar ou retornar ao mercado de trabalho. As inscrições podem

ser feitas pelo site: www.qualificasp.sp.gov.br, no qual também é possível consultar as modalidades (presencial ou remota), além dos municípios participantes.

Atualmente, os PATs oferecem mais de 18,5 mil vagas de emprego, muitas das quais exigem conhecimentos em informática. Para se candidatar a uma oportunidade, é necessário levar RG, CPF e Carteira de Trabalho. Em todo o estado, há mais de 200 unidades disponíveis. Os endereços podem ser consultados em <https://www.desenvolvimentoeconomico.sp.gov.br/pats/>.

CESAR

NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Segundo a literatura bíblica, cristãos [pelo mundo] tão sendo censurados, perseguidos, presos e até mortos. Na capital, cristãos [protestantes e católicos] vereadores e vereadoras começam hoje [pelas ruas] a pedir seu voto

PREFEITURA (São Paulo)

Segundo a literatura bíblica, cristãos [pelo mundo] tão sendo censurados, perseguidos, presos e até mortos. O cristão [católico] e prefeito Ricardo Nunes (MDB) começa hoje [pelas ruas] a pedir seu voto [pela reeleição]

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Segundo a literatura bíblica, cristãos [pelo mundo] tão sendo censurados, perseguidos, presos e até mortos. Cristãos que são deputados e deputadas, começam hoje [pelas ruas] a pedir seu voto pela reeleição de prefeitos(as)

GOVERNO (São Paulo)

Segundo a literatura bíblica, cristãos [pelo mundo] tão sendo censurados, perseguidos, presos e até mortos. O cristão [católicos] e governador Tarcísio (Republicanos) começa hoje [pelas ruas das cidades do Estado] a pedir seu voto pra prefeitos(as)

CONGRESSO (São Paulo)

Segundo a literatura bíblica, cristãos [pelo mundo] tão sendo censurados, perseguidos, presos e até mortos. Cristãos [protestantes e católicos] começam hoje [pelas ruas das cidades em seus Estados] a pedir votos pelas reeleições de prefeitos(as)

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Segundo a literatura bíblica, cristãos [pelo mundo] tão sendo censurados, perseguidos, presos e até mortos. O Cristão [católico] e vice-presidente Alckmin (PSB) começa hoje [pelas ruas das cidades nos Estados] a pedir votos pelas reeleições de prefeitos(as)

PARTIDOS (Brasil)

Cristãos protestantes, filiados aos 11 partidos que tão apoiando a tentativa de reeleição do prefeito paulistano Ricardo Nunes (MDB), tão dando risada que pesquisas só ‘descobriram’ agora que suas igrejas votam em católicos em vez de ateus ?

JUSTIÇAS (Brasil)

Alexandre Moraes [atual STF e ex-TSE] poderá usar argumentos das defesas do ex-juiz federal (PR) e atual senador Sérgio Moro ? Alegar que juizes falam com colegas, Ministério Público e demais membros dos Tribunais, antes das decisões ?

ANO 32

O jornalista **Cesar Neto** faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, esta coluna de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP), por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]. No X [@cesarnetoreal](mailto:cesarneto@jornalistacesarneto.com)

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - “ Louvem ao SENHOR pela sua bondade e pelas suas maravilhas para com os filhos dos homens!” **Salmos 107:31**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável

Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br

Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

**Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822**

Periodicidade: Diária

**Exemplar do dia: R\$ 3,50
Impressão: Grafica Pana**

Número de pessoas que buscam emprego recua 17,3%

O percentual de pessoas buscando emprego há dois anos ou mais, no segundo trimestre deste ano, recuou 17,3% em relação ao mesmo período do ano passado. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Contínua (Pnad-C), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), havia 1,7 milhão de pessoas nesta situação no país no

segundo trimestre deste ano. Este é o menor contingente para um segundo trimestre desde 2015, quando havia 1,4 milhão de pessoas à procura de trabalho por mais de dois anos. Apesar do recuo, o grupo ainda representa 22,4% do total de pessoas procurando emprego. “Boa parte da ocupação no Brasil é gerada via serviços. E aqueles serviços de menor com-

plexidade, que exigem nível de instrução não tão elevado, acabam possibilitando uma absorção maior de perfis diversos de trabalhadores. Isso pode contribuir para uma redução das pessoas que estavam procurando trabalhando há mais tempo”, afirma a pesquisadora do IBGE, Adriana Beringuy. Também houve recuos no número de pessoas buscando

emprego há mais de um ano e menos de dois anos (-15,2%), entre um mês e um ano (-11%) e há menos de um mês (-10,2%). A maior proporção entre os desempregados está entre aqueles que buscam emprego há mais de um mês e há menos de um ano (47,8% do total). No segundo trimestre deste ano, a taxa de desemprego das mulheres atingiu 8,6%, a menor

taxa desde o quarto trimestre de 2014 (7,9%). Já o nível de ocupação delas, ou seja, o percentual de pessoas trabalhando em relação ao total em idade de trabalhar, atingiu um nível recorde (48,1%) da série histórica, iniciada em 2012. Apesar disso, ainda há grande disparidade em relação aos homens, que apresentaram uma taxa de desemprego de 5,6% no

segundo trimestre deste ano, ou seja, 3 pontos percentuais a menos que elas. O nível de ocupação dos homens é 68,3%, ou seja, 20 pontos a mais do que as mulheres. O rendimento médio real habitual das mulheres ficou em R\$ 2.696 no segundo trimestre deste ano, R\$ 728 a menos do que os homens (R\$ 3.424). (Agência Brasil)

Taxa de desemprego recua em 15 estados no segundo trimestre, diz IBGE

A taxa de desemprego recuou em 15 das 27 unidades da federação no segundo trimestre deste ano em relação ao primeiro trimestre. Nos demais locais, a taxa ficou estável. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Contínua (Pnad-C), divulgada na quinta-feira (15) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A maior queda foi observada na Bahia (-2,9 pontos percentuais), já que o estado passou de uma taxa de desocupação de 14% no primeiro trimestre para 11,1% no segundo trimestre. Apesar

disso, o mercado de trabalho baiano apresenta o segundo maior índice do país, ficando atrás apenas de Pernambuco (11,5%). A média da taxa de desemprego no país caiu 1 ponto percentual, passando de 7,9% para 6,9% no período, conforme divulgado no fim de julho. Além da Bahia, outros nove estados tiveram queda acima da média nacional: Piauí (-2,4 pontos percentuais, ao passar de 10% para 7,6%), Amazonas (-1,9 ponto percentual, ao passar de 9,8% para 7,9%), Alagoas (-1,8 ponto percentual, ao passar de

9,9% para 8,1%), Tocantins (-1,7 ponto percentual, ao passar de 6% para 4,3%), Acre (-1,7 ponto percentual, ao passar de 8,9% para 7,2%), Espírito Santo (-1,4 ponto percentual, ao passar de 5,9% para 4,5%), Maranhão (-1,1 ponto percentual, ao passar de 8,4% para 7,3%), Ceará (-1,1 ponto percentual, ao passar de 8,6% para 7,5%) e Pará (-1,1 ponto percentual, ao passar de 8,5% para 7,4%). Minas Gerais e São Paulo tiveram a mesma queda da média nacional, sendo que o primeiro recuou de 6,3% para 5,3% e o segundo, de 7,4% para 6,4%.

Com quedas menos intensas do que a média nacional, aparecem Goiás (-0,9 ponto percentual, ao passar de 6,1% para 5,2%), Rio de Janeiro (-0,7 ponto percentual, ao passar de 10,3% para 9,6%) e Santa Catarina (-0,6 ponto percentual, ao passar de 3,8% para 3,2%). Este último estado apresentou a taxa mais baixa entre todas as unidades da federação. Mato Grosso e Rondônia mantiveram-se estáveis e com taxas semelhantes a Santa Catarina (3,3%). Ainda na casa dos 3 pontos, aparece Mato Grosso do Sul, com 3,8%.

Além desses, apresentaram estabilidade na taxa de desocupação, Paraná (4,4%), Rio Grande do Sul (5,9%), Roraima (7,1%), Paraíba (8,6%), Amapá (9%), Sergipe (9,1%), Rio Grande do Norte (9,1%), Distrito Federal (9,7%) e Pernambuco (11,5%).

Rendimento

Apenas quatro estados tiveram aumento de rendimento médio real mensal habitual do primeiro para o segundo trimestre deste ano: Rondônia (8,7%), Pernambuco (8,5%), Ceará (7,2%) e Rio Grande do Sul (5%). As de-

mais unidades da federação mantiveram os valores estáveis. Na comparação com o segundo trimestre do ano passado, no entanto, o rendimento cresceu em dez estados: Rio Grande do Norte (19,8%), Bahia (15,9%), Rondônia (13,3%), Maranhão (9,2%), Rio Grande do Sul (8,9%), Minas Gerais (7,5%), Paraná (6,7%), Mato Grosso (6,3%), São Paulo (6%) e Santa Catarina (5,5%). O Distrito Federal continua com o maior rendimento médio (R\$ 5.154), enquanto o Maranhão segue com o menor valor (R\$ 2.088). (Agência Brasil)

Ministra reforça participação da sociedade no Plano Clima

A Mata Atlântica, o terceiro maior bioma do país e o mais devastado, foi tema de discussão na quinta-feira (15), no ciclo de oito plenárias do Plano Clima Participativo, promovido pelo governo federal para coletar propostas da sociedade civil na construção da política climática para o país. Cada uma dessas plenárias presenciais busca trabalhar um bioma diferente. A que ocorreu nesta quinta-feira, em São Paulo, já é a quinta reunião. Já ocorreu uma mesa de abertura, em Brasília, no dia 30 de julho; no dia 1º de agosto, sobre o Sistema Costeiro-Marinho, em Recife; sobre a Caatinga no dia 2 de agosto, em Teresina, e o Pantanal, na quarta-feira (14), em Campo Grande (MS). Ainda serão realizadas plenárias sobre o Pampa, em Porto Alegre; sobre a Amazônia, em local a definir; e sobre o Cerrado, em Imperatriz (MA).

A elaboração do Plano Clima é conduzida pelo Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), integrado por representantes de 22 ministérios, pela Rede Clima e pelo Fórum Brasileiro de Mudança do Clima, e tem dois pilares principais: a redução das emissões de gases de efeito estufa e a adaptação de cidades e ambientes naturais às mudanças do clima.

Ao participar do painel desta quinta-feira, em São Paulo, a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, reforçou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defende que o plano seja construído junto com a sociedade civil. “O presidente Lula nos delegou que o plano clima não seja feito para as pessoas, mas com as pessoas”, revelou. “A participação nas plenárias é oportunidade para fazer o convite e estimular a inserção da agenda dos direitos humanos e

meio ambiente nessa unidade existencial”, completou o ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Silvío Almeida. Segundo o ministro Márcio Macêdo, da Secretaria-Geral da Presidência da República, o objetivo do governo é construir um plano que reúna não só as contribuições da comunidade científica como também da população. “Nosso desafio é que a gente possa ter um plano que possa ser capaz de mediar as questões de gestão científica e os anseios e desejos da sociedade. O povo sabe onde estão suas dores e necessidades. E é por isso que estamos rodando o Brasil”.

Propostas

Diversas propostas relacionadas à Mata Atlântica foram apresentadas na plenária. Entre elas, uma que propõe a taxação de bilionários para financiar projetos relacionados à mudanças climáticas. Também foram apresentadas propostas que preveem a urgente transformação dos sistemas alimentares, o pagamento de bônus a catadores de materiais recicláveis e o fortalecimento da agricultura familiar.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), por exemplo, propôs a criação de uma política de incentivo à coleta seletiva de materiais e de um programa de restauração de biomas baseado no conhecimento dos povos indígenas e das populações tradicionais.

A organização ambiental Greenpeace apresentou duas propostas: o apoio e o financiamento de soluções climáticas por meio dos saberes tradicionais e o apoio psicológico para vítimas de tragédias climáticas.

“O Gilberto Gil, cantor e compositor, dizia que o povo sabe o que quer, mas também quer o que não sabe. E aquilo que o povo quer, e não sabe o que quer, sabe

quem é que tem que fazer? São os governos e as empresas. Temos que pagar o preço. E esse preço às vezes é diminuir a margem de lucro. Às vezes é submeter a taxação dos super ricos e isso vira um fundo de mais de 500 bilhões de dólares para combater a pobreza e enfrentar a mudança climática. Nós transformamos a natureza em dinheiro e agora temos que transformar dinheiro em restauração e preservação da natureza se quisermos continuar vivendo e, inclusive, ganhando dinheiro, senão não vai ter para ninguém”, disse a ministra Marina Silva, em resposta aos encaminhamentos apresentados.

O público aproveitou a plenária para protestar. “Mudar o sistema para não mudar o clima”, gritavam os manifestantes durante a plenária.

Houve também protestos contra a construção de uma escola de formação e de graduação de sargentos do Exército dentro da Área de Preservação Ambiental Aldeia/Beberibe e faixas defendendo a demarcação de territórios indígenas e a agricultura familiar.

Participação social

Durante as plenárias presenciais, movimentos sociais, ambientalistas e a sociedade civil podem enviar propostas e tirar dúvidas sobre a política climática que vai nortear as políticas públicas até 2035.

“No caso do Plano Clima, nós estamos trabalhando em dois trilhos: um é a participação popular e o outro é técnico institucional. Vamos ter um plano com metas para todos os setores da economia, agricultura, energia, transporte, indústria de mitigação e adaptação. Na parte de adaptação, são cerca de oito propostas. E na parte de mitigação, 16 propostas, envolvendo diferentes frentes em que deveremos estar

adaptados. Para além de adaptados, nós temos que estar preparados”, explicou Marina Silva. As propostas que estão sendo encaminhadas pela sociedade civil serão votadas e poderão ser incluídas na primeira versão do documento, que será apresentado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 29), no Azerbaijão, em novembro.

Depois, já consolidada, a Política Nacional sobre Mudança do Clima será apresentada na COP30, que acontece no Brasil, em Belém (PA), em novembro de 2025.

A COP no Brasil, defende a ministra Marina Silva, será a COP das COPs. “O Brasil quer fazer isso para liderar pelo exemplo. Nós precisamos chegar na COP30, em 2025, com todos os países que são signatários da Convenção do Clima com metas de redução suficientemente robustas para não ultrapassar 1,5°C de temperatura. O Brasil já está conseguindo alguns resultados na agenda do desmatamento, mas estamos só no começo, no primeiro ano. Também conseguimos, no primeiro ano de governo, uma redução de 50% das emissões”, disse.

Plataforma

Além das contribuições que estão sendo colhidas nas plenárias presenciais, a população também pode participar por meio da plataforma Brasil Participativo. Nessa plataforma, qualquer pessoa com CPF pode apresentar três propostas e votar em até dez propostas de outros participantes, inclusive das plenárias. As dez propostas mais votadas de cada um dos 18 temas definidos pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima poderão ou não ser incorporadas ao

texto após análise do governo federal. “Estamos fazendo a participação social da construção do Plano Clima em duas dimensões: nas plenárias presenciais e na dimensão da participação digital, para amplificar a participação da sociedade civil organizada. Então, temos as plenárias presenciais nos biomas brasileiros e a participação na plataforma do Brasil Participativo”, explicou o ministro Márcio Macêdo. Até o momento, informou o governo, cerca de 9,7 mil participantes já interagiram com o processo do Plano Clima no site do Brasil Participativo. Até o dia 13 de agosto foram apresentadas mais de 700 propostas, mobilizando cerca de 18 mil votos e 1 mil comentários. “Nós já temos, neste momento, mais de 126 milhões de acessos, 10 mil participantes registrados que estão lá participando. São 731 propostas já construídas e colocadas na plataforma do Brasil Participativo, e tem uma média de mais de 6 minutos de permanência das pessoas. Isso significa dizer que a sociedade está interessada no tema e está participando na construção. Nossa ideia é que a gente possa, ao final desse processo, ter um plano clima para o Brasil apresentar na COP29 e na COP30, e que possa desenhar o caminho

do Brasil para mitigação, adaptação e convivência com esse fenômeno que são as mudanças climáticas”, disse Márcio Macêdo. A sociedade poderá participar da construção desse plano até o dia 26 de agosto.

Mata Atlântica

Bioma com a maior extensão de costa no país, a Mata Atlântica ocupa área de 1.107.419 km², o equivalente a 13% do território nacional. Cerca de 70% da população brasileira vive hoje em áreas desse bioma, que está presente em 17 estados. A Mata Atlântica, que detém a segunda maior biodiversidade das Américas, atrás apenas da Amazônia, compreende uma rede de bacias hidrográficas formadas por grandes rios, como Tietê, São Francisco, Paraná, Doce, Paranaíba e Paraíba do Sul. Essas bacias são fundamentais para o abastecimento humano e para o desenvolvimento de uma série de atividades econômicas, como a indústria e a agropecuária. É o único bioma que dispõe de uma lei específica de proteção, a Lei da Mata Atlântica. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontam que 71,6% da vegetação nativa da Mata Atlântica já foram desmatados. (Agência Brasil)

Sudene terá R\$ 2 bi a mais em 2024

O Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) aprovou, na quinta-feira (15), no Recife, a reprogramação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), com um adicional de R\$ 2 bilhões no orçamento deste ano. Com isso, a disponibilidade de recursos para a área de atuação da Sudene passou para R\$ 39,88 bilhões, com uma nova distribuição por porte, setores, estados, atividades prioritárias e programas de crédito.

Serão destinados 30% da cota do FNE referentes à infraestrutura para apoiar projetos definidos como prioritários pelos estados e municípios da área de abrangência da Sudene, com repasse de verbas viabilizado por meio de parcerias público privadas e concessões. Esse ajuste é exclusivo para o setor de infraestrutura, contemplado com 30% do orçamento

anual do Fundo Constitucional.

Prioridades

A reunião do Conselho Deliberativo também aprovou as diretrizes e prioridades do FNE para 2025, levando em consideração políticas setoriais recentes como a Nova Indústria Brasil, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Plano de Transição Ecológica. Também serão consideradas as avaliações sobre os impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação dos recursos do FNE entre 2000 a 2018, com análise da eficiência, eficácia, efetividade e retorno econômico e social do Fundo Constitucional neste período.

A área de atuação da Sudene é composta por todos os estados da região Nordeste, além de 249 municípios dos estados de Minas Gerais e 31 municípios do Espírito Santo. (Agência Brasil)

IML conclui identificação das vítimas do acidente aéreo em Vinhedo

O Instituto Médico Legal de São Paulo informou, na quinta-feira (15), que identificou os corpos de todas as 62 vítimas do acidente aéreo com o avião da Voepass. A aeronave caiu na última sexta-feira (9), em Vinhedo (SP), e não deixou sobreviventes. Até o momento, 42 corpos foram liberados aos familiares.

Segundo o IML, para identificar as vítimas, os médicos-legistas usaram o reconhecimento digital na maioria dos corpos, e, em alguns casos, o histórico odontológico. Não foi preciso realizar exames de reconhecimento de comprovação biológica por meio de DNA. “Toda identificação prescindiu do exame complementar de

DNA, porque essa *expertise* propiciou que os dados de encontro pericial nos corpos fossem objetivamente comparados com os dados preexistentes, sejam planilhas datiloscópicas ou imagens radiológicas prévias que essas vítimas já possuíam”, informou o superintendente da Polícia Técnico-Científica, Claudinei Salomão.

A identificação das vítimas do acidente aéreo foi feita exclusivamente no IML Central de São Paulo por cerca de 40 profissionais entre médicos e equipes de odontologia legal, antropologia e radiologia, com apoio de equipes do Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt (IIRGD). (Agência Brasil)

Lula ainda não reconhece Maduro como presidente eleito da Venezuela

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, na quinta-feira (15), que ainda não reconhece o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, como vitorioso nas eleições realizadas no dia 28 de julho no país. “Ainda não. Ele, Maduro, sabe que está devendo uma explicação para a sociedade brasileira e para o mundo”, disse Lula ao ser questionado se reconhecia o resultado do pleito.

O Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela declarou Maduro reeleito com 51,21% dos votos. O principal candidato opositor, Edmundo González Urrutia obteve 44,2% dos votos. A oposição e várias nações questionam a legitimidade da vitória e cobram transparência no processo, incluindo o Brasil, com a divulgação

das atas de cada uma das mais de 30 mil seções eleitorais.

“As urnas na Venezuela, quando você vota em uma máquina eletrônica como aqui, tem um tiquete; aquele tiquete é colocado em uma urna. Então, você tem o voto eletrônico e você tem a urna. O que nós queremos é que o Conselho Nacional que cuidou nas eleições diga publicamente quem é que ganhou nas eleições, porque até agora ninguém disse quem ganhou”, disse Lula em entrevista à Rádio T, em Curitiba, no Paraná.

Atas eleitorais em posse dos partidos que apoiam o governo da Venezuela foram entregues ao Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) do país. A campanha do candidato Edmundo González também publicou na internet atas

eleitorais que estão em posse dos partidos que o apoiam, que indicam uma vitória de González.

“Tem que apresentar os dados, agora os dados têm que ser apresentados por algo que seja confiável. O Conselho Nacional Eleitoral, que tem gente da oposição, poderia ser, mas ele [Maduro] não mandou as suas atas para o conselho, ele mandou para a Justiça, para a Suprema Corte dele”, disse Lula, afirmando que não pode julgar a atuação da Suprema Corte de outro país.

O presidente brasileiro defendeu que seja estabelecido um governo de coalização no país vizinho, com participação da oposição, ou ainda, que novas eleições sejam convocadas. Maduro estará na Presidência até o

dia 10 de janeiro de 2025, data marcada para que o vencedor do pleito assuma o novo mandato.

“Muita gente que está no meu governo não votou em mim e eu trouxe todo mundo para participar do governo”, disse Lula, lembrando a coalização de partidos que apoiaram a sua eleição em 2022. “Se ele, Maduro, tiver bom senso, ele poderia tentar fazer uma conclamação ao povo da Venezuela, quem sabe até convocar novas eleições, estabelecer um critério de participação de todos os candidatos, criar um comitê eleitoral suprapartidário que participe todo mundo e deixar que entrem olheiros do mundo inteiro para ver as eleições”, acrescentou.

Na quarta-feira (14), Lula e o

presidente da Colômbia, Gustavo Petro, conversaram sobre o impasse político na Venezuela. Os dois países tentam fazer uma mediação para tentar resolver a crise que já levou à prisão mais de 2 mil opositores de Nicolás Maduro.

“Eu não quero me comportar de forma apaixonada e precipitada, [‘dizer] eu sou favorável a fulano ou sou contra’. Não, eu quero o resultado [factive]”, disse. “O que eu não posso é ser precipitado e tomar uma decisão. Da mesma forma que eu quero que respeitem o Brasil, eu quero respeitar a soberania dos outros países”, acrescentou o presidente.

Lula ainda não falou com Maduro após o processo eleitoral na Venezuela. Ele e o presidente Venezuelano conversaram a última

vez, por telefone, em junho, e, antes, pessoalmente, durante a cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), em Kingstown, capital de São Vicente e Granadinas.

“Eu conversei pessoalmente com o Maduro antes das eleições dizendo que a transparência do processo eleitoral dele e a legitimidade do resultado eram o que iria permitir a gente continuar brigando para que fossem suspensas as sanções contra Venezuela”, lembrou Lula.

A Venezuela enfrenta, desde agosto de 2017, um bloqueio econômico internacional que limita o acesso ao mercado de crédito global e, desde janeiro de 2019, também ao mercado de petróleo e outros minerais. (Agência Brasil)

Cármén defende Moraes e rebate crítica sobre acúmulo de cargos com TSE

A ministra Cármén Lúcia, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e integrante do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu na quinta-feira (15) a atuação do ministro Alexandre de Moraes, seu antecessor no comando da Justiça Eleitoral e colega no Supremo. Ela disse que o acúmulo de cargos nos dois tribunais não confunde as funções nem deslegitima qualquer atuação.

Ao abrir a sessão plenária do TSE, Cármén Lúcia lembrou que o acúmulo dos cargos é uma determinação da Constituição, que prevê ainda que ministros do

Superior Tribunal de Justiça (STJ) comonham a corte eleitoral.

A ministra abriu sua fala chamando Moraes de “grande ex-presidente” do TSE, que “cumpriu um enorme papel, como é de conhecimento geral do país”. Ela mencionou diretamente as “notícias que vem sendo veiculadas” sobre o ministro.

Ela fez referência a reportagens do jornal *Folha de S. Paulo*, que entre terça (13) e quarta (14) publicou uma série de notícias segundo as quais Moraes teria utilizado vias informais para pedir a produção de relatórios pelo TSE contra pessoas inves-

tigadas em inquérito que tramita no Supremo.

Tais pessoas foram depois alvo de sanções por parte de Moraes, tendo como base os relatórios do TSE, mas sem que os despachos informassem que os documentos foram feitos a pedido do próprio ministro.

Os pedidos para a produção de relatórios do TSE contra alvos específicos no Supremo foram feitos por meio de WhatsApp, segundo o jornal, que publicou diálogos entre assessores diretos de Moraes em ambos os tribunais.

Na quinta (15), Cármén Lúcia

buscou dirimir dúvidas sobre a atuação dos ministros que acumulam cargos no Supremo e no TSE, afirmando que esse acúmulo “não confunde as funções nem desmerece qualquer tipo de conduta adotada.”

A presidente do TSE negou ainda que os ministros busquem esse acúmulo de funções e poder, ou que se valham da estrutura da Justiça Eleitoral para outras funções que não sejam a manutenção das eleições.

“Notícias têm sido veiculadas sobre acumulação de cargos de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e de ministros

do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), venho lembrar a todos que esta é uma escolha constitucional que os constituintes vêm fazendo desde a década de 1930 do século passado”, frisou Cármén Lúcia.

“O Tribunal Superior Eleitoral tem o único objetivo de garantir a lisura a transparência e a segurança do processo eleitoral, nós nos comprometemos com isso e assim tem sido feito”, acrescentou.

Antes de encerrar, contudo, a presidente do TSE disse que “aqui todas as condutas devem ser formais, para serem seguras e

para garantir a liberdade do eleitor no exercício de seu dever constitucional de votar.”

Após a publicação das reportagens, outros ministros do Supremo saíram em defesa de Moraes, afirmando não haver nenhuma irregularidade na conduta do magistrado, entre eles Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo, Gilmar Mendes, decano, e Flávio Dino.

Em sessão plenária do Supremo, o próprio Moraes defendeu sua atuação, afirmando que todos os procedimentos foram regulares e que “não há nada a esconder”. (Agência Brasil)

Brasil instala Centro de Operações de Emergência em Saúde

O Ministério da Saúde instalou na quinta-feira (15) um Centro de Operações de Emergência em Saúde (COE) para coordenar as ações de resposta à mpox no Brasil. A doença foi declarada emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Dados da pasta brasileira indicam que, desde 2023, o país apresenta estabilidade no número de infecções.

De acordo com o ministério, desde a primeira emergência decretada em razão da doença, de 2022 a 2023, a vigilância para a mpox se manteve como prioridade. A pasta informou que vinha monitorando atentamente a situação mundial e as informações compartilhadas pela OMS e por outras instituições e que já iniciou a atualização das recomendações e do plano de contingência para a doença no Brasil.

Dados do ministério mostram que, em 2024, foram notificados 709 casos confirmados ou prováveis de mpox no Brasil, um número classificado pela pasta como “significativamente menor” quando comparado aos mais de 10 mil casos notificados em 2022, durante o pico da primeira emergência da doença no país. Desde 2022, foram registrados ainda 16 óbitos, sendo o mais recente em abril de 2023.

Ainda segundo o ministério, a vacinação contra a mpox no Brasil foi iniciada em 2023, durante a primeira emergência global pela doença, com o uso provisório de uma dose liberada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e priorizando pessoas com maior risco de evolução para formas graves da doença. Desde o início da imunização, mais de 29 mil doses foram aplicadas. (Agência Brasil)

Acordo busca fortalecer combate à violência doméstica

Representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e dos ministérios da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e das Mulheres assinaram, em Brasília, acordo de cooperação técnica para permitir que o Formulário Nacional de Avaliação de Risco (Fonar) - aplicado a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar - passe a ser eletrônico.

A mudança resultará, também, na integração entre o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp), gerido pelo MJSP, e a Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ).

O acordo prevê o aperfeiçoamento do formulário, instituído no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público em 2020, para prevenir e enfrentar crimes praticados contra mulheres no contexto doméstico ou familiar.

Segundo o Ministério da Justiça, a implementação do formulário eletrônico possibilitará que policiais, juízes, servidores do Poder Judiciário, membros do Ministério Público e demais integrantes da rede de proteção acessem com mais rapidez e eficiência informações que ajudem a

identificar situações em que uma mulher esteja correndo risco de ser morta ou de sofrer outras formas de violência.

Segundo o CNJ, a integração entre as plataformas do Sinesp e do PDPJ resultará em diagnósticos mais precisos sobre a violência contra mulheres e, consequentemente, na adoção de estratégias de gestão de risco mais eficazes por toda a rede de proteção

Assinado pela ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, e pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Luís Roberto Barroso, o acordo é válido por cinco anos.

“O formulário vem na perspectiva de ajudar os profissionais a obterem um bom diagnóstico sobre o risco dessa mulher e, ao mesmo tempo, evitar a revitimização. Depois de 18 anos da Lei [Maria da Penha], temos um instrumento que vai ajudar a todos os profissionais a tomar as medidas cabíveis, com segurança jurídica, política e social sobre qual decisão tomar”, destacou a ministra Cida Gonçalves. (Agência Brasil)

Negras são grupo com mais dificuldade em contribuir para Previdência

As mulheres negras são o grupo mais vulnerável em termos de proteção previdenciária entre a população com idade entre 16 e 59 anos. Levantamento divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que, em 2022, 21,2% delas não tinham condições de contribuir para a Previdência, situação em que se encontram apenas 6,8% do grupo de homens brancos.

De acordo com o Ipea, esse cenário se agravou entre 2016 e 2022. “Em 2016, 19,2% delas estavam desprotegidas pela Previdência e sem capacidade contributiva. O percentual saltou para 21,2% em 2022, acompanhando

um movimento de piora observado no total da população ocupada com idade entre 16 a 59: 11,1% em 2016, frente a 13,3% seis anos depois”, destacou o instituto.

Dados como esses são incluídos e disponibilizados pelo Ipea em plataformas como a Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, atualizada nesta quinta-feira (18), com o propósito de ajudar o órgão em sua missão de produzir conhecimento nas áreas econômica e social, de forma a subsidiar tomadores de decisão para a elaboração de políticas públicas e estratégias para resolver os problemas do país.

De acordo com o Ipea, ao dis-

ponibilizar à sociedade brasileira informações como essas, o instituto busca “ampliar o debate sobre as desigualdades de gênero e raça que ainda marcam o país”.

Indicadores sobre o mercado de trabalho também podem ser obtidos na plataforma. Entre os indicadores está o de que, em 2022, 52% das mulheres negras e 54% das mulheres brancas participavam do mercado de trabalho remunerado. Quando o recorte abrange homens negros, esse percentual sobe para 75%. No caso de homens brancos, sobe para 74%.

Ainda segundo a plataforma, as mulheres dedicam em média, por semana, 10 horas a mais do

que os homens para executar tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas.

“Em 2022, apenas 63% da população total com idade para trabalhar participava ativamente da força de trabalho. Negros e negras são, entretanto, mais suscetíveis à subutilização. Comparados aos brancos, eles têm menos chances de encontrar emprego, de trabalhar mais horas e de ter oportunidades de crescimento profissional”, detalhou o Ipea ao informar que os negros compõem “a maior parte dos mais de 23 milhões de brasileiros subutilizados no mercado de trabalho”. (Agência Brasil)

Publicada portaria que cria programa de apoio psicológico a policiais

Uma portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública publicada na quinta-feira (15) no Diário Oficial da União regulamenta o Projeto de Intervenção Psicológica On-Line para Profissionais de Segurança Pública – Escuta Susp (Sistema Único de Segurança Pública).

Elaborado em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o projeto integra o Programa Nacional de Qualidade de Vida para o Profissional de Segurança Pública (Pró-Vida) e prevê que a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) ofereça, em convênio com universidades públicas, assistência psicológica gratuita e especializada a policiais civis e militares, bombeiros, peritos criminais e policiais penais.

De acordo com o texto da Portaria nº 591, assinada pelo secretário nacional Mario Luiz Sarrubo, o serviço de atendi-

mento psicológico reunirá métodos de acolhimento, psicoterapia, difusão de informações e cursos que busquem reduzir o sofrimento psicológico, decorrente ou não da atividade laboral.

O atendimento será prestado remotamente (*on-line*), aos profissionais das unidades federativas que aderirem à iniciativa. Os estados que se incorporarem ao projeto deverão divulgá-lo entre seus servidores públicos. Também devem designar, dentre suas unidades de saúde, os responsáveis por ser o elo entre a equipe ministerial responsável pelo projeto e suas próprias instituições de segurança pública.

Como a proposta é que os atendimentos psicológicos sejam pautados por protocolos específicos, desenvolvidos para cada instituição de segurança pública de modo próprio, as unidades federativas que aderirem também deverão dis-

ponibilizar à Senasp informações relativas aos atendimentos que, respeitadas as normas de sigilo profissional, favoreçam o aperfeiçoamento do serviço prestado.

À Senasp caberá coordenar e providenciar os recursos financeiros necessários à execução do projeto; disponibilizar materiais de divulgação e dados relativos ao projeto; além de atuar junto aos estados e ao Distrito Federal nas estratégias de divulgação e comunicação das ações.

O Escuta Susp foi oficializado em 28 de maio deste ano, durante uma cerimônia no Ministério da Justiça, em Brasília. Na ocasião, o ministro Ricardo Lewandowski explicou que a proposta é oferecer mais de 65 mil sessões de terapia psicológica remota durante a primeira etapa do projeto.

“Nesta primeira etapa, o Escuta Susp vai atender profissio-

nais de Sergipe, Rio Grande do Norte, Minas Gerais e do Distrito Federal, em parceria com universidades federais dos respectivos estados. Para 2025, a previsão é expandir o projeto para todo o Brasil”, disse o ministro.

De acordo com números do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp), desde 2015 foram registrados 821 suicídios de policiais, sendo 133 apenas em 2023, ano em que, segundo o ministro, apresentou os piores resultados da série histórica.

“Este é um programa que busca reverter este quadro”, disse o ministro, destacando três objetivos do Escuta Susp: cuidar da saúde mental dos profissionais da segurança pública, disponibilizar atendimento online seguro para quem precisa e desenvolver um protocolo de atendimento psicoterápico específico para os mesmos profissionais. (Agência Brasil)



Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As integrações dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://www.jornalodiassp.com.br/leiloes-publicidade-legal>

Companhia Copale de Administração, Comércio e Indústria

CNPJ/MF nº 61.146.502/0001-10

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)					
Balanço Patrimonial			Demonstração dos Resultados		
	2022	2021	2022	2021	
Ativo	3.690.997,46	3.318.532,17	2.508.604,24C	2.341.128,47C	Fluxos de Caixa Atividades Operacionais
Ativo Circulante	1.523.675,30	1.151.209,91	2.508.604,24C	2.341.128,47C	Valores Recebíveis de Clientes
Disponibilidades	1.410.039,59	1.136.018,91	2.603.636,98C	2.429.816,83C	(i) Pagamentos a Fornecedores
Caixa	266,86	-	-	-	(j) Pagamentos de Impostos
Administradora de Recebimentos	1.409.772,73	1.136.018,91	95.032,74D	88.688,36D	(k) Pagamentos de Salários a Colaboradores
Direitos Realizáveis a Curto Prazo	113.635,71	15.191,08	-	-	(l) Pagamentos de Juros
Adiantamentos	113.635,71	15.191,08	-	-	Disponibilidades Líquidas Geradas Nas
Ativo Não Circulante	2.167.322,18	2.167.322,18	2.508.604,24C	2.341.128,47C	Atividades Operacionais
Imobilizado	2.167.197,18	2.167.197,18	1.675.819,23D	1.568.977,85D	Fluxos de Caixa Atividades de Investimentos
Bens e Direitos em Uso	1.290.952,36	1.290.952,36	1.424.804,01D	1.283.762,82D	(i) Mob./Intang.
Bens em Construção	1.453.284,91	1.453.284,91	164.419,80D	471.884,93D	Fluxos de Caixa Atividades de Financiamentos
(d) Depreciação Acumulada	(577.040,09)	(577.040,09)	53.665,62D	48.754,61D	Integralização ou Aumento de Capital Social
Ativo Intangível	125,00	125,00	79.680,60	1.537,66D	Empréstimos Tomados a Curto Prazo
Bens de Natureza Intangível	125,00	125,00	73.582,18D	72.482,84D	(i) Pagamentos de Empréstimos/Debêntures
Passivo	3.690.997,46	3.318.532,17	1.132.637,81D	689.102,78D	Disponibilidades Líquidas Geradas Atividades
Passivo Circulante	500.818,09	292.664,23	251.015,22D	285.215,03D	Fornecedores
Fornecedores	186.489,07	30.292,57	251.015,22D	285.215,03D	(i) Resultado antes das Despesas e
Fornecedores	186.489,07	30.292,57	-	-	Recargas Financeiras
Obrigações Trabalhistas	51.092,03	46.256,98	832.785,01C	772.150,62C	Despesas Operacionais Financeiras
Folha de Pagamento de Empregados	9.880,75	9.085,33	26.312,97D	134.468,05D	Juros, Descontos e Tarifas
Encargos Sociais a Pagar	5.863,59	5.326,92	26.312,97D	134.468,05D	Juros, Descontos e Tarifas
Provisões da Folha de Pagamento	39.347,69	31.544,73	-	-	Resultados após as Recargas e Despe-
Obrigações Tributárias	75.294,94	2.635,35	806.472,04C	637.682,57C	sas Financeiras
Impostos Retidos a Recolher	2.523,67	2.635,35	806.472,04C	637.682,57C	= Lucro ou Prejuízo Operacional
Impostos e Contribuições sobre o Lucro	64.216,59	57.380,14	806.472,04C	637.682,57C	Resultados antes do IRPJ e CSLL
Impostos e Contribuições S/receitas	9.194,68	10.136,52	259.275,71D	240.364,09D	Contas de Fechamento de Balanço
Contas a Pagar	43.817,83	36.530,83	259.275,71D	240.364,09D	Provisões P/impostos S/lucros
Demaís Contas a Pagar	43.817,83	36.530,83	184.290,96D	170.385,50D	Provisões P/impostos S/lucros
Parcelamentos Tributário Curto Prazo	143.484,22	109.431,84	74.984,75D	69.978,74D	Provisões P/contribuições S/lucros
Parcelamentos Tributário Curto Prazo	143.484,22	109.431,84	547.196,33C	397.316,48C	= Resultado Líquido do Exercício
Passivo Não Circulante	246.055,46	431.982,98			
Parcelamentos Tributários Longo Prazo	246.055,46	431.982,98			
Parcelamentos Tributários Longo Prazo	246.055,46	431.982,98			
Patrimônio Líquido	2.944.123,93	2.593.884,96			
Capital	284.879,40	284.879,40	2.593.884,96	2.287.635,24	Saldo no Início do Período
Capital Social	284.879,40	284.879,40	-	(5.884,23)	Ajustes de Exercícios Anteriores
Resultados Acumulados	2.659.244,53	2.308.905,56	-	(5.884,23)	Retificação de erro de exercícios
Resultados Acumulados	2.659.244,53	2.308.905,56	-	(5.884,23)	anterior
Resultados Acumulados	2.659.244,53	2.308.905,56	397.318,48	397.318,48	Saldo no Início do Exercício
Resultado do Exercício	742.260,66	392.021,69	2.396.927,60	2.593.884,96	Saldo no Final do Período

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional – A Companhia Copale de Administração Comércio e Indústria, constituída em 12/02/1912 como Companhia Paulista de Loucas Esmaltadas, e reorganizada em 13 de julho de 1972, daí advindo sua atual denominação, tem por objeto social o seguimento Aluguel e Administração de imóveis próprios. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, uma vez que a Administração tem expectativa quanto à manutenção de suas atividades e a distribuição de dividendos a seus acionistas de acordo com as demonstrações financeiras aqui apresentadas.

2. Base para Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras e Políticas Contábeis – 2.1. Informações gerais: As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A escrituração contábil foi realizada com base no § 4º do artigo 176 da Lei nº 6.404/1976 (Lei das S/A), e nas disposições contidas na ITG 2000 – Escrituração Contábil. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração na Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis – 3.1. Apuração das receitas e despesas – As receitas e despesas das operações são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência. Para a apuração tributária as receitas foram reconhecidas no regime

de caixa. 3.2. Base de mensuração: As Demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se o custo histórico como base de valor. 3.3. Instrumentos financeiros: A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A companhia não possui ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A seguir, demonstramos o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos ativos e passivos financeiros da Companhia: (i) Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa estando sujeita um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação. (ii) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia utiliza um passivo financeiro quando pago ou quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, ajustados com base nas variações monetárias e incluem os juros incorridos até a data do balanço, baseados nos termos contratuais. 3.4. Ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais de acordo com as condições contratuais.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa – Representam os saldos em caixa, os depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de renda fixa resgatáveis em até 90 dias (equivalentes de caixa), acrescidos dos

rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo ao valor de mercado. Os equivalentes de caixa são as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, as quais são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

5. Imobilizado – Os imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. As alquotas de depreciação estão fundamentadas no tempo de utilização dos referidos bens, não sendo estabelecido valor residual para fins de cálculo por meio do método linear, em conformidade com a NBC TG 27 (R3) e o Anexo II da Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados anualmente, a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

6. Fornecedores – Representam os valores a pagar pelos serviços prestados de terceiros ou produtos já entregues:

7. Capital Social – O capital social em 31 de dezembro de 2022 era composto de 284.879,40 quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

8. Resultados Acumulados – O Lucro do exercício e o Lucro Acumulados foram apresentados nas demonstrações de resultado do exercício.

9. Eventos Subsequentes – Os eventos subsequentes ao período contábil a que se referem às demonstrações financeiras incluem todos os eventos até a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, mesmo que esses eventos ocorram após o anúncio público de lucros ou de outra informação financeira. De acordo com o disposto na Seção 32 do CPC-PME, não houve eventos subsequentes relevantes que ocasionassem ajustes ou divulgações especiais.

Adriano Julio de Barros Neto – Presidente CPJ: 197.236.108-25

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1020686-61.2021.8.26.0001 A MM. Juíza de Direito da 6ª Vara Civil, do Foro Central I - Santana, Estado de São Paulo, Dra. Maria Cecilia Monteiro Frazão, na forma da Lei, eiz. FAZ SABER a CAMILLA PIMENTA VIEIRA DE MELO, CPF 311.200.698-40, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Civil por parte de Adriaa Genin Fiore Basso, objeto da cobrança de alimentos, com base no artigo 1.700, inciso I, do Código de Processo Civil, com o intuito de garantir a manutenção da guarda do menor, sob o nome de S/A, e nas disposições contidas na ITG 2000 – Escrituração Contábil. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração na Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis – 3.1. Apuração das receitas e despesas – As receitas e despesas das operações são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência. Para a apuração tributária as receitas foram reconhecidas no regime

de caixa. 3.2. Base de mensuração: As Demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se o custo histórico como base de valor. 3.3. Instrumentos financeiros: A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A companhia não possui ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A seguir, demonstramos o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos ativos e passivos financeiros da Companhia: (i) Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa estando sujeita um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação. (ii) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia utiliza um passivo financeiro quando pago ou quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, ajustados com base nas variações monetárias e incluem os juros incorridos até a data do balanço, baseados nos termos contratuais. 3.4. Ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais de acordo com as condições contratuais.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa – Representam os saldos em caixa, os depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de renda fixa resgatáveis em até 90 dias (equivalentes de caixa), acrescidos dos

rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo ao valor de mercado. Os equivalentes de caixa são as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, as quais são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

5. Imobilizado – Os imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. As alquotas de depreciação estão fundamentadas no tempo de utilização dos referidos bens, não sendo estabelecido valor residual para fins de cálculo por meio do método linear, em conformidade com a NBC TG 27 (R3) e o Anexo II da Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados anualmente, a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

6. Fornecedores – Representam os valores a pagar pelos serviços prestados de terceiros ou produtos já entregues:

7. Capital Social – O capital social em 31 de dezembro de 2022 era composto de 284.879,40 quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

8. Resultados Acumulados – O Lucro do exercício e o Lucro Acumulados foram apresentados nas demonstrações de resultado do exercício.

9. Eventos Subsequentes – Os eventos subsequentes ao período contábil a que se referem às demonstrações financeiras incluem todos os eventos até a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, mesmo que esses eventos ocorram após o anúncio público de lucros ou de outra informação financeira. De acordo com o disposto na Seção 32 do CPC-PME, não houve eventos subsequentes relevantes que ocasionassem ajustes ou divulgações especiais.

Adriano Julio de Barros Neto – Presidente CPJ: 197.236.108-25

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1020686-61.2021.8.26.0001 A MM. Juíza de Direito da 6ª Vara Civil, do Foro Central I - Santana, Estado de São Paulo, Dra. Maria Cecilia Monteiro Frazão, na forma da Lei, eiz. FAZ SABER a CAMILLA PIMENTA VIEIRA DE MELO, CPF 311.200.698-40, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Civil por parte de Adriaa Genin Fiore Basso, objeto da cobrança de alimentos, com base no artigo 1.700, inciso I, do Código de Processo Civil, com o intuito de garantir a manutenção da guarda do menor, sob o nome de S/A, e nas disposições contidas na ITG 2000 – Escrituração Contábil. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração na Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis – 3.1. Apuração das receitas e despesas – As receitas e despesas das operações são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência. Para a apuração tributária as receitas foram reconhecidas no regime

de caixa. 3.2. Base de mensuração: As Demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se o custo histórico como base de valor. 3.3. Instrumentos financeiros: A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A companhia não possui ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A seguir, demonstramos o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos ativos e passivos financeiros da Companhia: (i) Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa estando sujeita um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação. (ii) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia utiliza um passivo financeiro quando pago ou quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, ajustados com base nas variações monetárias e incluem os juros incorridos até a data do balanço, baseados nos termos contratuais. 3.4. Ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais de acordo com as condições contratuais.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa – Representam os saldos em caixa, os depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de renda fixa resgatáveis em até 90 dias (equivalentes de caixa), acrescidos dos

rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo ao valor de mercado. Os equivalentes de caixa são as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, as quais são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

5. Imobilizado – Os imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. As alquotas de depreciação estão fundamentadas no tempo de utilização dos referidos bens, não sendo estabelecido valor residual para fins de cálculo por meio do método linear, em conformidade com a NBC TG 27 (R3) e o Anexo II da Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados anualmente, a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

6. Fornecedores – Representam os valores a pagar pelos serviços prestados de terceiros ou produtos já entregues:

7. Capital Social – O capital social em 31 de dezembro de 2022 era composto de 284.879,40 quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

8. Resultados Acumulados – O Lucro do exercício e o Lucro Acumulados foram apresentados nas demonstrações de resultado do exercício.

9. Eventos Subsequentes – Os eventos subsequentes ao período contábil a que se referem às demonstrações financeiras incluem todos os eventos até a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, mesmo que esses eventos ocorram após o anúncio público de lucros ou de outra informação financeira. De acordo com o disposto na Seção 32 do CPC-PME, não houve eventos subsequentes relevantes que ocasionassem ajustes ou divulgações especiais.

Adriano Julio de Barros Neto – Presidente CPJ: 197.236.108-25

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1020686-61.2021.8.26.0001 A MM. Juíza de Direito da 6ª Vara Civil, do Foro Central I - Santana, Estado de São Paulo, Dra. Maria Cecilia Monteiro Frazão, na forma da Lei, eiz. FAZ SABER a CAMILLA PIMENTA VIEIRA DE MELO, CPF 311.200.698-40, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Civil por parte de Adriaa Genin Fiore Basso, objeto da cobrança de alimentos, com base no artigo 1.700, inciso I, do Código de Processo Civil, com o intuito de garantir a manutenção da guarda do menor, sob o nome de S/A, e nas disposições contidas na ITG 2000 – Escrituração Contábil. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração na Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis – 3.1. Apuração das receitas e despesas – As receitas e despesas das operações são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência. Para a apuração tributária as receitas foram reconhecidas no regime

de caixa. 3.2. Base de mensuração: As Demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se o custo histórico como base de valor. 3.3. Instrumentos financeiros: A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A companhia não possui ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A seguir, demonstramos o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos ativos e passivos financeiros da Companhia: (i) Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa estando sujeita um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação. (ii) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia utiliza um passivo financeiro quando pago ou quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, ajustados com base nas variações monetárias e incluem os juros incorridos até a data do balanço, baseados nos termos contratuais. 3.4. Ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais de acordo com as condições contratuais.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa – Representam os saldos em caixa, os depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de renda fixa resgatáveis em até 90 dias (equivalentes de caixa), acrescidos dos

rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo ao valor de mercado. Os equivalentes de caixa são as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, as quais são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

5. Imobilizado – Os imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. As alquotas de depreciação estão fundamentadas no tempo de utilização dos referidos bens, não sendo estabelecido valor residual para fins de cálculo por meio do método linear, em conformidade com a NBC TG 27 (R3) e o Anexo II da Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados anualmente, a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

6. Fornecedores – Representam os valores a pagar pelos serviços prestados de terceiros ou produtos já entregues:

7. Capital Social – O capital social em 31 de dezembro de 2022 era composto de 284.879,40 quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

8. Resultados Acumulados – O Lucro do exercício e o Lucro Acumulados foram apresentados nas demonstrações de resultado do exercício.

9. Eventos Subsequentes – Os eventos subsequentes ao período contábil a que se referem às demonstrações financeiras incluem todos os eventos até a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, mesmo que esses eventos ocorram após o anúncio público de lucros ou de outra informação financeira. De acordo com o disposto na Seção 32 do CPC-PME, não houve eventos subsequentes relevantes que ocasionassem ajustes ou divulgações especiais.

Adriano Julio de Barros Neto – Presidente CPJ: 197.236.108-25

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1020686-61.2021.8.26.0001 A MM. Juíza de Direito da 6ª Vara Civil, do Foro Central I - Santana, Estado de São Paulo, Dra. Maria Cecilia Monteiro Frazão, na forma da Lei, eiz. FAZ SABER a CAMILLA PIMENTA VIEIRA DE MELO, CPF 311.200.698-40, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Civil por parte de Adriaa Genin Fiore Basso, objeto da cobrança de alimentos, com base no artigo 1.700, inciso I, do Código de Processo Civil, com o intuito de garantir a manutenção da guarda do menor, sob o nome de S/A, e nas disposições contidas na ITG 2000 – Escrituração Contábil. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração na Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis – 3.1. Apuração das receitas e despesas – As receitas e despesas das operações são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência. Para a apuração tributária as receitas foram reconhecidas no regime

de caixa. 3.2. Base de mensuração: As Demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se o custo histórico como base de valor. 3.3. Instrumentos financeiros: A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A companhia não possui ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A seguir, demonstr

